

Aula 00

*SEFAZ-MG (Auditor - Auditoria e
Fiscalização) Passo Estratégico de
Contabilidade Avançada*

Autor:

Filipe Magalhães, Júlio Cardozo

09 de Fevereiro de 2023

Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - CPC 25 - FGV	3
2) Roteiro de Revisão - CPC 25	4
3) Apostas Estratégicas - CPC 25	15
4) Questões Comentadas - CPC 25 - FGV	16
5) Questionário de Revisão - CPC 25	27
6) Lista de Questões - CPC 25 - FGV	30



ANÁLISE ESTATÍSTICA

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Vejamos como a FGV costuma cobrar esse assunto:

Assunto	% Cobrança FGV
Critérios de Reconhecimento de Provisões	27,78%
Tratamento Contábil de Provisões	25,00%
Classificação de eventos como Provável, Possível e Remoto	19,44%
Ativos e Passivos Contingentes	13,89%
Itens do CPC 25	13,89%
Total	100,00%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Objetivo

O objetivo é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Alcance

Este pronunciamento deve ser aplicado por todas as entidades na contabilização de provisões, e de passivos e ativos contingentes, **exceto**:

- (a) os que resultem de contratos a executar, a menos que o contrato seja oneroso; e
- (b) os cobertos por outro pronunciamento.

Contratos a executar são contratos pelos quais nenhuma parte cumpriu qualquer das suas obrigações ou ambas as partes só tenham parcialmente cumprido as suas obrigações em igual extensão.

Este Pronunciamento Técnico não se aplica a contratos a executar a menos que eles sejam onerosos.

Quando outro pronunciamento tratar de um tipo específico de provisão ou de passivo ou ativo contingente, a entidade deve aplicar esse pronunciamento em vez do presente pronunciamento.

ATENÇÃO: antigamente atribuíam o termo “provisão” para contas do ativo (como provisão para depreciação acumulada, provisão para devedores duvidosos, provisão para perdas em estoque), **mas repare que esse valor não será pago a ninguém**. Apenas reflete uma desvalorização ocorrida. **Essa nomenclatura não é a ideal**, visto que **provisão é um passivo de prazo ou valor incerto**.

Nesse sentido, o item 7 desse CPC define provisão como passivo de prazo ou valor incertos. Adicionalmente, ressalva que em alguns países o termo “provisão” é também usado no contexto de itens tais como depreciação, redução ao valor recuperável de ativos e créditos de liquidação duvidosa: **estes são ajustes dos valores contábeis de ativos e não são tratados neste Pronunciamento Técnico**



Definições

Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo¹ é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

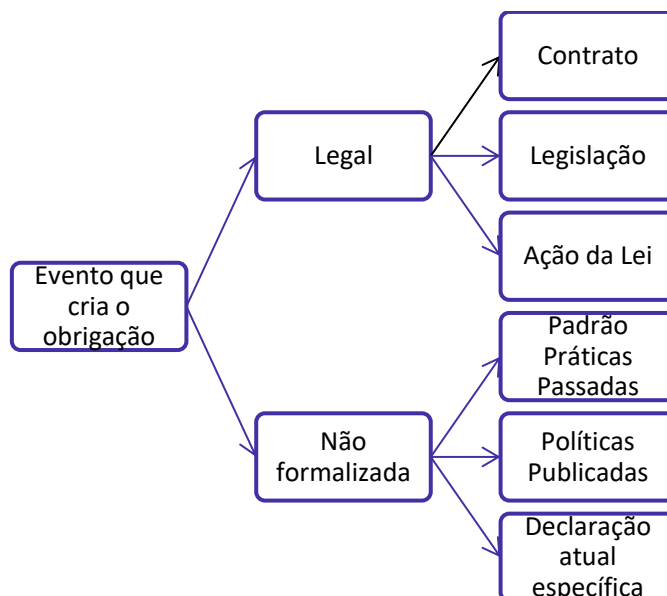
Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação **legal ou não formalizada** que faça com que a entidade não **tenha nenhuma alternativa** realista senão **liquidar** essa obrigação.

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) **contrato** (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) **legislação**; ou
- (c) **outra ação da lei**.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de **PRÁTICAS PASSADAS**, de **POLÍTICAS PUBLICADAS** ou de **DECLARAÇÃO ATUAL SUFICIENTEMENTE ESPECÍFICA**, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade **CRIA UMA EXPECTATIVA VÁLIDA NESSAS OUTRAS PARTES** de que cumprirá com essas responsabilidades.

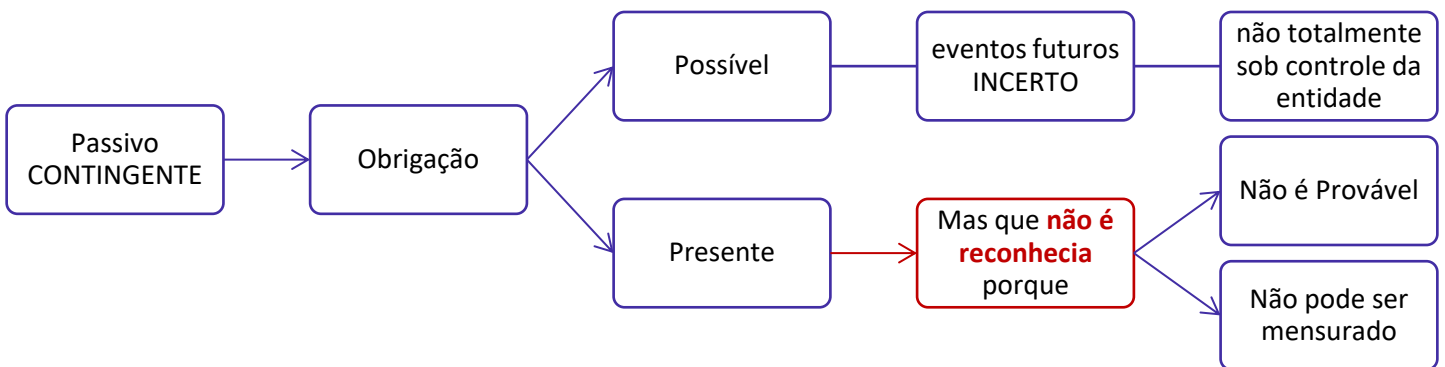


¹ A definição de passivo neste Pronunciamento não foi revisada após a revisão da definição de passivo no CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Alterada pela Revisão CPC 14).



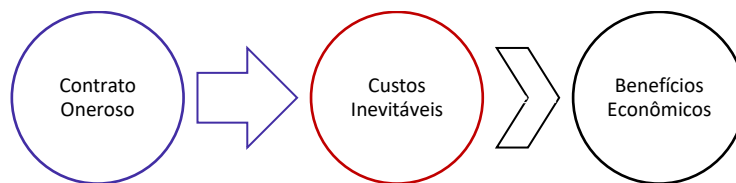
Passivo contingente é:

- (a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, **mas que não é reconhecida porque**:
 - (i) **não é provável** que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação **não pode ser mensurado** com suficiente confiabilidade.



Ativo contingente é um **ativo possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos não totalmente sob controle** da entidade.

Contrato oneroso é um contrato em que os **custos inevitáveis** de satisfazer as obrigações do contrato **excedem** os **benefícios econômicos** que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.



Reestruturação é um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente:

- (a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou
- (b) a maneira como o negócio é conduzido.



Provisão e Outros Passivos

Chamada de maneira corriqueira na Contabilidade de "**provisão para férias**", você já ouviu esse nome? Contudo, os passivos gerados pela apropriação de despesas por competência, como 13º salário, férias, são chamados de **accruals**. **Portanto, não devemos reconhecer aqui provisões, mas Passivos a Pagar.**

Embora algumas vezes seja necessário estimar o valor ou prazo desses passivos, a incerteza é geralmente muito menor do que nas provisões.

O item 11 do **CPC 25** **fala expressamente que as provisões podem ser distintas de outros passivos** tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (**accruals**) porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Relação entre Provisão e Passivo Contingente

Provisões: São reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são **obrigações presentes** e é **provável que uma saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação

O item 13 dessa norma explica que os **passivos contingentes não são reconhecidos como passivo** porque são obrigações possíveis ou obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento.

Reconhecimento Das Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;
- (b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

O pronunciamento exige que todos os critérios sejam satisfeitos: Obrigação presente+ provável+ Estimativa confiável.

Obrigação presente

Em casos raros não é claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é **mais provável que sim do que não** que existe uma obrigação presente na data do balanço.

Em quase todos os casos será claro se um evento passado deu origem a uma obrigação presente. Em casos raros – como em um **processo judicial**, por exemplo –, pode-se discutir tanto se certos eventos ocorreram quanto se esses eventos resultaram em uma obrigação presente. Nesse caso, a entidade deve **determinar**



se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível incluindo, por exemplo, a opinião de peritos.

A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço.

Evento passado

Um evento passado que conduz a uma obrigação presente é chamado de um evento que cria obrigação. Para um evento ser um evento que cria obrigação, é necessário que a entidade não tenha qualquer alternativa realista senão liquidar a obrigação criada pelo evento.

Nenhuma provisão é reconhecida para despesas que necessitam ser incorridas para operar no futuro. Os únicos passivos reconhecidos no balanço da entidade são os que já existem na data do balanço.

Uma obrigação envolve sempre outra parte a quem se deve a obrigação. Não é necessário, porém, saber a identidade da parte a quem se deve a obrigação – na verdade, a obrigação pode ser ao público em geral.

Um evento que não gera imediatamente uma obrigação pode gerá-la em data posterior, por força de alterações na lei ou porque um ato da entidade (por exemplo, uma declaração pública suficientemente específica) dá origem a uma obrigação não formalizada.

Quando os detalhes de **nova lei proposta** ainda tiverem de ser finalizados, a **obrigação surgirá somente quando for praticamente certo que a legislação será promulgada** conforme a minuta divulgada.

Saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos

Uma saída de recursos ou outro evento é considerado como **provável** se o evento for **mais provável que sim do que não de ocorrer**, isto é, **se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer. Em termos matemáticos, a probabilidade de ocorrer deve ser superior a 50%.**

No tocante há **obrigações semelhantes** (por exemplo, garantias sobre produtos ou contratos semelhantes), **devemos analisar a probabilidade do tipo de obrigação como um todo** e não a pequena probabilidade de um item isoladamente. Se for provável que alguma saída de recursos ocorra para o tipo de obrigação, então uma provisão é reconhecida (se os outros critérios para reconhecimento forem atendidos).

Estimativa confiável da obrigação

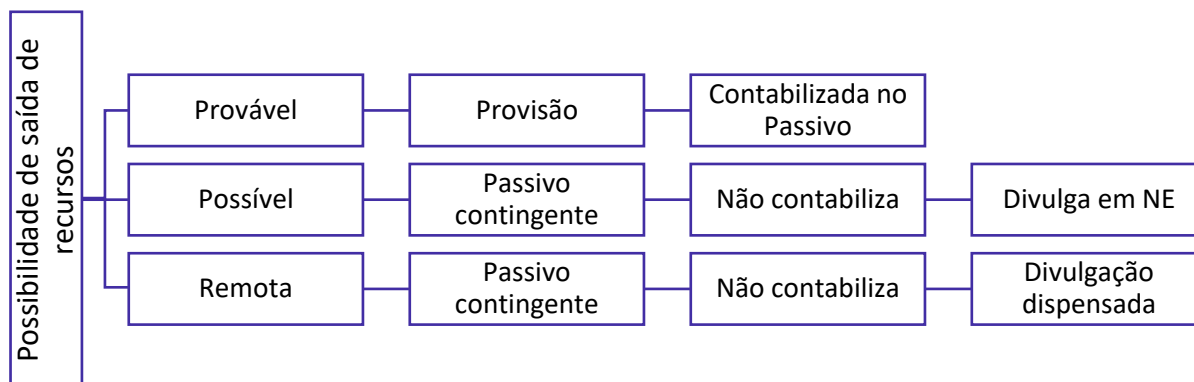
O uso de estimativas é uma parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis e **não prejudica a sua confiabilidade.**

Nos casos extremamente raros em que nenhuma estimativa confiável possa ser feita, existe um passivo que não pode ser reconhecido. Esse passivo é divulgado como passivo contingente.



Passivo contingente

No tocante a possibilidade de saída de recursos:



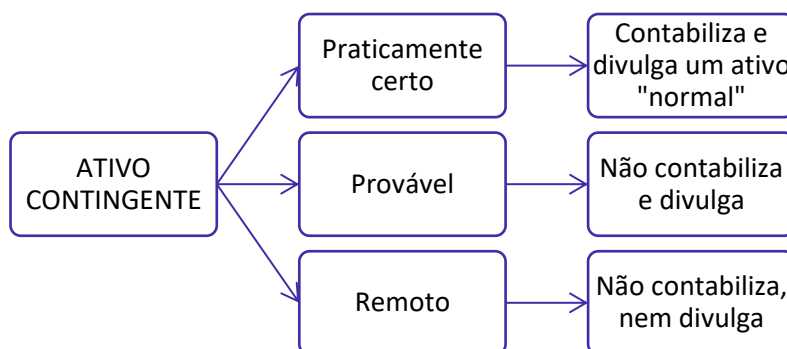
A entidade **não deve reconhecer um passivo contingente.**

A PROVISÃO DEVE SER RECONHECIDA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO NO QUAL OCORRE A MUDANÇA NA ESTIMATIVA DA PROBABILIDADE.

De acordo com o FIPECAFI, a diferença entre provisão e passivo contingente fica bem clara no caso de **responsabilidade conjunta e solidária** onde a **parte da obrigação** que se **“espera seja liquidada por terceiros é tratada como passivo contingente, sendo “reconhecida a provisão apenas para a parte que cabe à entidade liquidar, a não “ser que haja evidência de que os terceiros não responderão por sua parcela.”**

Ativo contingente

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.



A entidade **não deve reconhecer um ativo contingente.**

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

O ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa para praticamente certo.



Mensuração

Melhor estimativa

O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente **é o valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento.**

As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada **ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas**. O nome para esse método estatístico de estimativa é **“valor esperado”**. Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala.

Exemplo A entidade vende bens com uma garantia segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro dos primeiros seis meses após a compra. Se forem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 1 milhão. Se forem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 4 milhões. A experiência passada da entidade e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75 por cento dos bens vendidos não terão defeito, 20 por cento dos bens vendidos terão defeitos menores e 5 por cento dos bens vendidos terão defeitos maiores. De acordo com o item 24, a entidade avalia a probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.

O valor esperado do custo das reparações é: $(75\% \times 0) + (20\% \times \$ 1 \text{ milhão}) + (5\% \text{ de } \$ 4 \text{ milhões}) = \$ 400.000$.

A provisão deve ser mensurada antes dos impostos.

Risco e incerteza

Os riscos e incertezas que inevitavelmente existem em torno de muitos eventos e circunstâncias devem ser levados em consideração para se alcançar a melhor estimativa da provisão.

É preciso ter cuidado ao realizar julgamentos em condições de incerteza, para que as receitas ou ativos não sejam superavaliados e as despesas ou passivos não sejam subavaliados.

É necessário cuidado para evitar duplicar ajustes de risco e incerteza com a consequente superavaliação da provisão.



Valor presente

As provisões são descontadas (sujeito a ajuste com base em valor presente), **quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é MATERIAL.**

A taxa de desconto **deve ser a TAXA ANTES DOS IMPOSTOS** que reflita as atuais avaliações de mercado.

A taxa de desconto não deve refletir os riscos relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Evento futuro

Os eventos futuros que possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação devem ser refletidos no valor da provisão quando houver evidência objetiva suficiente de que eles ocorrerão.

Os eventos futuros esperados podem ser particularmente importantes ao mensurar as provisões. Por exemplo, a entidade pode acreditar que o custo de limpar um local no fim da sua vida útil será reduzido em função de mudanças tecnológicas futuras. Porém, a entidade não deve antecipar o desenvolvimento da tecnologia completamente nova de limpeza a menos que isso seja apoiado por evidência objetiva suficiente.

O efeito de possível legislação nova deve ser considerada na mensuração da obrigação existente quando existe evidência objetiva suficiente de que a promulgação da lei é praticamente certa.

Em muitos casos não existe evidência objetiva suficiente até que a nova legislação seja promulgada.

Alienação esperada de ativo

Os ganhos da alienação esperada de ativos não devem ser levados em consideração ao mensurar a provisão.

Reembolso

São caracterizados em situações nas quais se espera que parte ou todo o desembolso necessário para liquidar a provisão seja reembolsado por outra parte.

Situação 1: A entidade não tem obrigação em relação à parcela do desembolso a ser reembolsado pela outra parte.

A entidade não tem passivo em relação ao valor a ser reembolsado e nenhuma divulgação é exigida.

Situação 2: O passivo relativo ao valor que se espera ser reembolsado permanece com a entidade e é praticamente certo que o reembolso será recebido se a entidade liquidar a provisão.

O direito a reembolso será classificado no Ativo. Seria o caso de contratos de seguro, cláusulas de indenização ou garantias de fornecedores. O valor reconhecido para o reembolso **não deve ultrapassar o valor da provisão.**



Na demonstração do resultado, a despesa relativa a uma provisão **PODE SER** apresentada líquida do valor reconhecido de reembolso.

Situação 3: O passivo relativo ao valor que se espera ser reembolsado permanece com a entidade e não é praticamente certo que o reembolso será recebido se a entidade liquidar a provisão.

O reembolso esperado não é reconhecido como ativo e o reembolso esperado é divulgado

Mudança na Provisão

As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

Lançamento (Constituição):

D - Despesa com Provisões (Conta de Resultado)

C - Provisões (Conta Patrimonial: Passivo)

Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Lançamento (Reversão):

D - Provisões (Conta Patrimonial: Passivo)

C - Reversão de Provisões (Conta de Resultado: Ganho)

Quando for utilizado o desconto a valor presente, o valor contábil da provisão aumenta a cada período para refletir a passagem do tempo. Esse aumento deve ser reconhecido como despesa financeira.

Lançamento (Apropriação da despesa financeira):

D - Despesa financeira (Conta de Resultado)

C - Provisões (Conta Patrimonial: Passivo)

Ou

D - Despesa financeira (Conta de Resultado)

C - Ajuste a valor presente ou Encargos Financeiros a transcorrer (Conta Patrimonial: Retificadora do Passivo)

Uso de Provisão

Uma provisão deve ser usada somente para os desembolsos para os quais a provisão foi originalmente reconhecida.



Somente os desembolsos que se relacionem com a provisão original são compensados com a mesma provisão. Reconhecer os desembolsos contra uma provisão que foi originalmente reconhecida para outra finalidade esconderia o impacto de dois eventos diferentes.

Aplicações de Regra de Reconhecimento e de Mensuração

Perda Operacional Futura

Provisões para perdas operacionais futuras **não devem ser reconhecidas**.

As perdas operacionais futuras **não satisfazem à definição de passivo, nem os critérios** gerais de **reconhecimento das provisões**.

A expectativa de perdas operacionais futuras é uma indicação de que certos ativos da unidade operacional podem não ser recuperáveis. A entidade deve testar esses ativos quanto à recuperabilidade.

Contrato Oneroso

Se a entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão.

Reestruturação

A decisão de reestruturar as operações e fechar uma fábrica não gera uma provisão. A empresa pode mudar de ideia e desistir do fechamento da fábrica. Não existe ainda uma “obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos”.

A situação muda quando a empresa **inicia a reestruturação ou quando comunicar a sua decisão e gerar expectativas válidas nas outras partes**. Nesse caso, a empresa deve efetuar uma provisão, pois a decisão se torna obrigação não formalizada.

No tocante aos exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação, o CPC 25 cita os seguintes:

- venda ou extinção de linha de negócios;
- fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade

A provisão para reestruturação deve incluir **SOMENTE** os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam: necessariamente ocasionados pela reestruturação; e não associados às atividades em andamento da entidade.

A provisão para reestruturação **não inclui custos como**



- (a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;
- (b) marketing; ou
- (c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

Adicionalmente, explica que esses desembolsos se relacionam com a conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação.

Uma provisão para custos de reestruturação deve ser reconhecida somente quando são cumpridos os critérios gerais de reconhecimento de provisões.

Perdas operacionais futuras, identificáveis até a data da reestruturação não devem ser incluídas em uma provisão, a menos que se relacionem a contrato oneroso.

Divulgação

Para cada classe de provisão, a entidade deve divulgar:

- (a) o valor contábil no início e no fim do período;
- (b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
- (c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
- (d) valores não utilizados revertidos durante o período; e
- (e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

Não é exigida informação comparativa.

Reserva para contingência x Provisão para contingência

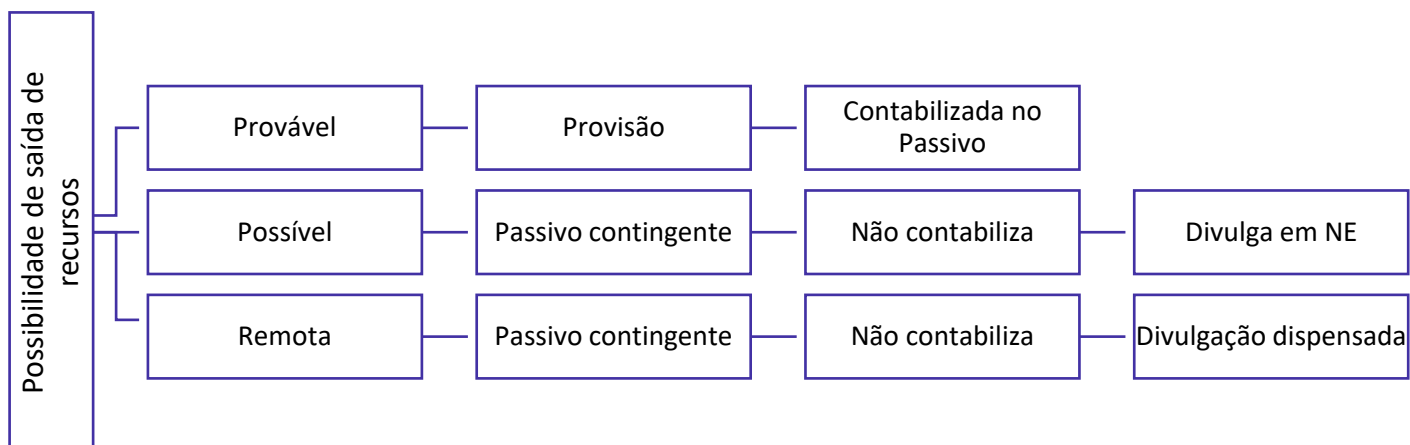
Reserva para contingência	Provisões para contingências
Compensação de perda em exercício futuro	Cobertura de perda em que já houve fato gerador
Segrega no PL parcela de lucros que poderia ir para dividendos	Constituída independente do lucro ou prejuízo do exercício
É revertida para lucros acumulados (ocorrendo ou não o evento), integrando BC dos dividendos	Não há reversão de valores, em regra.
Conta do PL, reserva de lucros. Não afeta resultado	Conta do passivo e contrapartida em despesa no resultado.
Exemplos: geadas, inundações, secas, empresas que operam com períodos altamente lucrativos e depois com baixa lucratividade	Exemplos: indenizações contratuais, contingências fiscais, trabalhistas



APOSTA ESTRATÉGICA

Para questões de CPC 25, sempre é uma boa aposta efetuarmos em alguma questão que envolva a classificação de alguma situação como provável, possível e remoto, para que possamos efetuar o tratamento contábil correto. Portanto, gravem:

Esquematizemos:



O tratamento contábil decorrente dessa classificação também é muito importante: a constituição de provisões e o efeito no resultado e, se for o caso, a reversão das provisões.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Ativos e Passivos Contingentes

1. (FGV/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/SJC/2024) Em relação aos ativos contingentes, é correto afirmar que

A resultam de eventos futuros.

B surgem, normalmente, de evento planejado ou esperado.

C devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial apenas quando a entrada de recursos é provável.

D quando a entrada de recursos é provável, é reconhecida uma Receita Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício.

E são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

Comentários:

De acordo com o CPC 25, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Como consequência da aplicação do conceito de prudência ou conservadorismo, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado;

Vamos analisar as alternativas:

(A) resultam de eventos futuros.

Errado, os ativos contingentes resultam de eventos passados e não futuros.

(B) surgem, normalmente, de evento planejado ou esperado.

Errado, é exatamente o contrário, pois geralmente surgem de eventos não planejados ou não esperados.

(C) devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial apenas quando a entrada de recursos é provável.

Errado, ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(D) quando a entrada de recursos é provável, é reconhecida uma Receita Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício.

Errado, realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado **não é um ativo contingente** e o seu reconhecimento é adequado.



(E) são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

Correto, conforme previsão do item 35 do CPC 25.

Gabarito: E

Classificação de eventos como Provável, Possível e Remoto

2. (FGV/TCE-BA/Auditor Estadual de Controle Externo/2023) Em 12 de dezembro de 2023, uma empresa decide encerrar uma divisão que fabricava painéis solares. Em 20 de dezembro de 2023, foi finalizado o plano detalhado de encerramento da divisão. Cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurarem uma fonte alternativa de fornecimento e avisos de rescisão foram enviados ao pessoal da divisão.

A empresa estima que terá 675 mil reais em gastos, detalhados em:

Descrição	Probabilidade	Valor
Rescisão de funcionários relacionados diretamente com a reestruturação	Provável	R\$ 50.000
Penalidades de rescisão de arrendamento	Provável	R\$ 250.000
Novo treinamento de funcionários	Possível	R\$ 25.000
Marketing	Possível	R\$ 50.000
Investimento em novos sistemas e redes de distribuição	Provável	R\$ 300.000

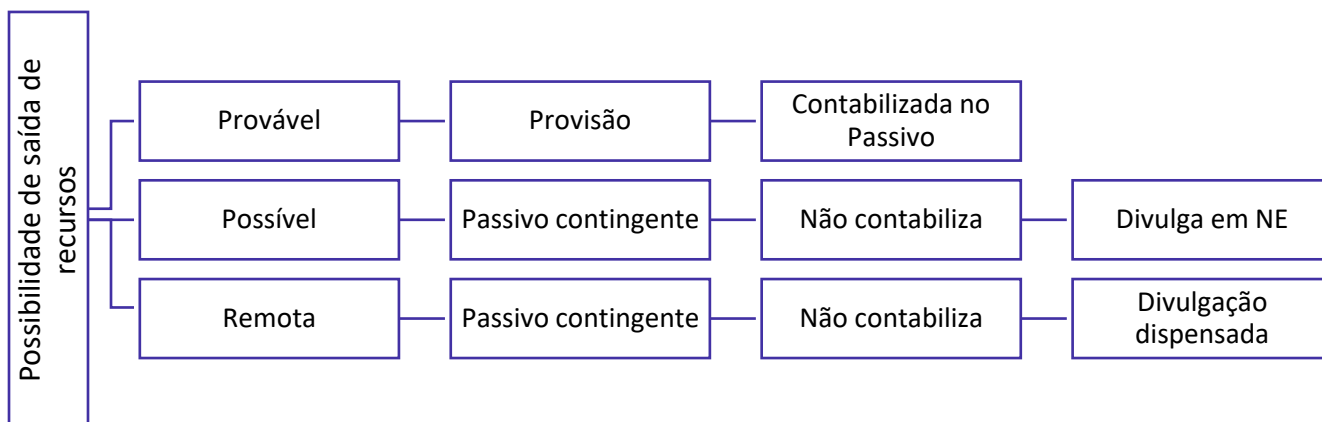
Considerando-se as informações apresentadas, a empresa deve reconhecer um montante de provisões de reestruturação de:

- (A) R\$ 25.000;
- (B) R\$ 75.000;
- (C) R\$ 300.000;
- (D) R\$ 600.000;
- (E) R\$ 675.000.

Comentários:

Questão bem interessante. Já sabemos como tratar os passivos contingentes, de acordo com o probabilidade de ocorrer um desembolso:





Mas a questão pede o valor da provisão de reestruturação.

80. A provisão para reestruturação deve incluir somente os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam:

- (a) necessariamente ocasionados pela reestruturação; e
- (b) não associados às atividades em andamento da entidade.

81. A provisão para reestruturação não inclui custos como:

- (a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;
- (b) marketing; ou
- (c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

Esses desembolsos relacionam-se com a conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação.

Assim, temos:

Provisão de reestruturação	Probabilidade	Valor
Rescisão de funcionários relacionados diretamente com a reestruturação	Provável	50.000,00
Penalidades de rescisão de arrendamento	Provável	250.000,00
Total		300.000,00

Gabarito: C.



Critérios de Reconhecimento de Provisões

3. (FGV/MPE GO/Analista Contábil/2022) Em 02/01/X0, uma loja foi acionada na justiça por um funcionário que reclamava R\$15.000 por danos morais. A administração da loja julgava que a perda da causa era provável e estimava que o valor a ser pago seria de R\$10.000. Assinale a opção que indica o lançamento contábil em 02/01/X0.

- a) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Passivo contingente R\$10.000
- b) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Provisão para contingências R\$10.000
- c) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Provisão para contingências R\$15.000
- d) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Causa a pagar R\$10.000
C - Provisão para perdas R\$5.000
- e) Não deve haver contabilização

Comentários:

Questão que trata do reconhecimento de Provisões. Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Esquematizemos:

Provisão		
Prazo	O U	Valbr
Incerto		

Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A questão nos fala que a empresa foi acionada judicialmente por um funcionário, a perda da causa era provável e estimava que o valor a ser pago seria de R\$10.000, ou seja, temos uma estimativa confiável de perda.



Portanto, temos que contabilizar uma provisão com base nessa estimativa:

D- Despesa com provisões - Despesa operacional R\$10.000

C- Provisão para contingências R\$10.000

Destacamos que na estrutura da DRE prevista no Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI), as despesas com provisões são classificadas como despesas operacionais.

Gabarito: B

Classificação de eventos como Provável, Possível e Remoto

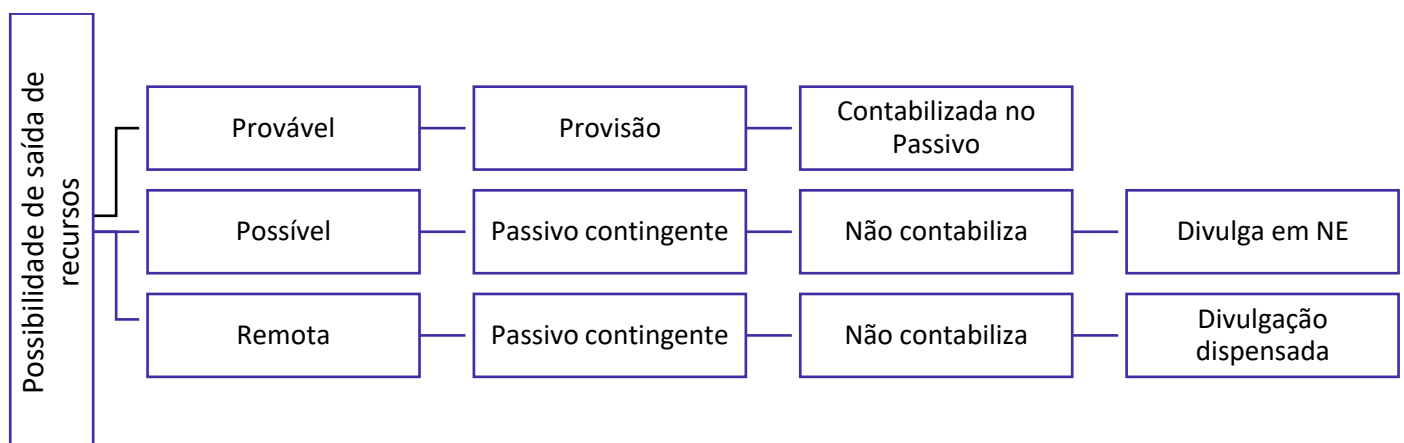
4. (FGV/PC AM/Perito Criminal/4ª Classe/Contabilidade/2022) Uma loja foi acionada na justiça por um cliente que diz ter sido constrangido por seus funcionários. O cliente apresenta provas, de modo que os advogados da loja julgam que é provável a saída de recursos como indenização ao cliente. No entanto, apesar do esforço, não foi possível estimar de modo confiável o valor da obrigação.

Assinale a opção correta em relação ao tratamento da causa pela loja, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Divulgação como passivo contingente.
- b) Reconhecimento como contas a pagar.
- c) Reconhecimento como provisão para contingências.
- d) Reconhecimento como ajuste do patrimônio líquido.
- e) Não é requerido reconhecimento e nem divulgação.

Comentários:

Para questões de CPC 25 - Provisões, precisamos ter sempre esse esquema em mente:



A questão fala que a empresa foi acionada na justiça e é provável que ela terá perda, todavia, não foi possível efetuarmos uma estimativa confiável da mensuração. Vejam o que o CPC 25, nos apresenta:



14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) **possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.**

Diante do exposto, não vamos constituir uma provisão, mas trata-se de passivo contingente que não é contabilizado nas demonstrações contábeis, mas apresentado em notas explicativas.

Gabarito: A

Critérios de Reconhecimento de Provisões

5. (FGV/SEFAZ- AM/ Assistente Administrativo/SEFAZ/2022) Em relação às provisões, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) Têm prazo ou valor incertos.
- b) Derivam de eventos que ainda irão ocorrer.
- c) Representam contas redutoras do ativo.
- d) Representam obrigações possíveis cuja existência será confirmada.
- e) Não são contabilizadas nas demonstrações contábeis, mas evidenciadas em notas explicativas.

Comentários:

De acordo com o CPC 25 - provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Esquematizemos:

Provisão		
Prazo	O U	Valbr
Incerto		

Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;



- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Esquematemizemos:

Provisão reconhecida quando		
Obrigação presente	Estimativa confiável	Provável saída de recurso

Gabarito: A

Classificação de eventos como Provável, Possível e Remoto

6. (FGV/FunSaúde CE/Técnico Contabilidade/2021) O empregado de uma sociedade empresária foi demitido e entrou na justiça pedindo uma indenização. Os advogados da sociedade empresária julgaram que a probabilidade de perda e a consequente saída de recursos, é remota.

Assinale a opção que indica o posicionamento da contabilidade da sociedade empresária em relação à causa.

A Deve reconhecer uma provisão e divulgar o fato em nota explicativa.

B Deve reconhecer uma provisão, mas não divulgar o fato em nota explicativa.

C Deve divulgar o fato em nota explicativa, mas não reconhecer uma provisão.

D Deve reconhecer a despesa na Demonstração do Resultado, mas não reconhecer uma provisão.

E Não deve reconhecer uma provisão e nem divulgar o fato em nota explicativa.

Comentários:

A empresa deve provisionar as ações nas quais seja provável que ocorre desembolso (possibilidade de perda).

Se a possibilidade de perda for possível, a empresa divulga nas notas explicativas, mas não provisiona.

Se a possibilidade de perda for remota, não precisa contabilizar e nem divulgar.

Gabarito: E

Classificação de eventos como Provável, Possível e Remoto

7. (FGV/IMBEL/Analista Contábil/2021) Um grupo de empregados acionou uma empresa na justiça, pedindo uma indenização no valor de R\$ 100.000. Os advogados da empresa consideravam que a perda



da causa na justiça era provável. Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil do caso nas demonstrações contábeis da empresa.

- (A) Constituição de provisão para contingências.
- (B) Constituição de reserva para contingências.
- (C) Constituição de passivo contingente.
- (D) Diminuição do caixa.
- (E) Nada deve ser feito.

Comentários:

Quais as condições necessárias para o reconhecimento de uma provisão?

Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;
- (b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Como a perda foi julgada provável pelos advogados, **devemos** constituir uma provisão.

Lançamento Contábil

- D - Despesas com Provisões (aumento de despesas)
- C - Provisões para contingências (aumento do passivo)

Gabarito: A

Critérios de Reconhecimento de Provisões

8. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Assinale a opção que indica a existência de um passivo contingente.

- a) Uma entidade é notificada na justiça por não ter pago férias a um de seus empregados, e considera provável a chance de perder.
- b) Uma entidade estima que serão utilizadas 20% das garantias oferecidas sobre seus produtos.
- c) Uma entidade contabiliza mensalmente, a partir de janeiro, o 13º salário a ser pago para seus empregados no mês de dezembro.



- d) Uma entidade inicia uma reestruturação, tendo um plano formal para tal.
- e) Uma entidade é processada por uma pessoa pública por uso indevido de imagem, e considera possível a chance de perder.

Comentários:

- a) Uma entidade é notificada na justiça por não ter pago férias a um de seus empregados, e considera provável a chance de perder.
- b) Uma entidade estima que serão utilizadas 20% das garantias oferecidas sobre seus produtos.
- c) Uma entidade contabiliza mensalmente, a partir de janeiro, o 13º salário a ser pago para seus empregados no mês de dezembro.
- d) Uma entidade inicia uma reestruturação, tendo um plano formal para tal.

Errados, trata-se de uma provisão. Lembre-se: **PRO**visão → **PRO**vável

- e) Uma entidade é processada por uma pessoa pública por uso indevido de imagem, e considera possível a chance de perder.

Esse é o nosso gabarito. Fique atento a palavra-chave: “Possível”

Tome nota! Passivo Contingente -> Possível -> Não contabiliza -> divulgar em notas explicativas

Gabarito: E.

Classificação de eventos como Provável, Possível e Remoto

9. (FGV/ALE-RO/Assistente Legislativo/Técnico em Contabilidade/2018) Em 01/02/2018, um antigo funcionário da Cia. K entrou na justiça alegando ter sido mal tratado na empresa e pedindo indenização por danos morais.

Os advogados da Cia. K julgaram que a perda da causa seria provável. No entanto, não conseguiram estimar o valor que poderiam perder, uma vez que o caso é inédito na empresa.

Assinale a opção correta em relação ao procedimento da Cia. K frente ao caso, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Constituição de provisão.
- b) Divulgação em nota explicativa.
- c) Constituição de provisão e divulgação em nota explicativa.
- d) Divulgação no relatório da administração.
- e) Nada deve ser feito.

Comentários:



Embora a perda tenha sido julgada provável pelos advogados, **não devemos reconhecer provisão, já que o pronunciamento exige que atenda todos os critérios. Ou seja, Obrigação presente+ provável+ Estimativa confiável.** Nesse caso, o pronunciamento permite que se dê o mesmo tratamento dos passivos contingentes. Ou melhor, divulguem em notas explicativas.

26. **Nos casos** extremamente raros em que **NENHUMA ESTIMATIVA CONFIÁVEL POSSA SER FEITA**, existe um passivo que não pode ser reconhecido. Esse passivo **É DIVULGADO COMO PASSIVO CONTINGENTE** (ver item 86).

Gabarito: B

Itens do CPC 25

10. (FGV/TCM SP/2015) A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

Comentários:

A resposta está no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.



Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) **em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.**

Muito bem. Nessa questão, o evento que cria obrigação é uma obrigação não formalizada. É o fato que de a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país.

Para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso.

Gabarito: A



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas sem respostas

1. Qual a definição de Provisão?
2. Qual a definição Passivo Contingente?
3. O que é Ativo Contingente?
4. Conforme previsão do CPC 25, como pode surgir uma obrigação presente para a entidade?
5. Quando uma provisão deve ser reconhecida?



Perguntas com respostas

1. Qual a definição de Provisão?

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

2. Qual a definição Passivo Contingente?

Passivo contingente é: uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Também pode ser uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

3. O que é Ativo Contingente?

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade

4. Conforme previsão do CPC 25, como pode surgir uma obrigação presente para a entidade?

A obrigação presente pode surgir através de duas sortes de eventos:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades

5. Quando uma provisão deve ser reconhecida?

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;



(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Pessoal, encerramos aqui a nossa aula de hoje. Espero que vocês tenham gostado da nossa abordagem e do conteúdo apresentado. Com certeza essas informações irão te auxiliar na sua jornada de estudos!

Grande abraço e bons estudos!

“Se enxerguei mais longe, foi porque me apoiei sobre os ombros de gigantes..”

(Isaac Newton)

Julio Cardozo

<https://www.facebook.com/profjuliocardozo/>

[Insta: www.instagram.com/profjuliocardozo](https://www.instagram.com/profjuliocardozo)



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (FGV/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/SJC/2024) Em relação aos ativos contingentes, é correto afirmar que

A resultam de eventos futuros.

B surgem, normalmente, de evento planejado ou esperado.

C devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial apenas quando a entrada de recursos é provável.

D quando a entrada de recursos é provável, é reconhecida uma Receita Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício.

E são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

2. (FGV/TCE-BA/Auditor Estadual de Controle Externo/2023) Em 12 de dezembro de 2023, uma empresa decide encerrar uma divisão que fabricava painéis solares. Em 20 de dezembro de 2023, foi finalizado o plano detalhado de encerramento da divisão. Cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurarem uma fonte alternativa de fornecimento e avisos de rescisão foram enviados ao pessoal da divisão.

A empresa estima que terá 675 mil reais em gastos, detalhados em:

Descrição	Probabilidade	Valor
Rescisão de funcionários relacionados diretamente com a reestruturação	Provável	R\$ 50.000
Penalidades de rescisão de arrendamento	Provável	R\$ 250.000
Novo treinamento de funcionários	Possível	R\$ 25.000
Marketing	Possível	R\$ 50.000
Investimento em novos sistemas e redes de distribuição	Provável	R\$ 300.000

Considerando-se as informações apresentadas, a empresa deve reconhecer um montante de provisões de reestruturação de:

(A) R\$ 25.000;

(B) R\$ 75.000;

(C) R\$ 300.000;

(D) R\$ 600.000;

(E) R\$ 675.000.



3. (FGV/MPE GO/Analista Contábil/2022) Em 02/01/X0, uma loja foi acionada na justiça por um funcionário que reclamava R\$15.000 por danos morais. A administração da loja julgava que a perda da causa era provável e estimava que o valor a ser pago seria de R\$10.000. Assinale a opção que indica o lançamento contábil em 02/01/X0.

- a) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Passivo contingente R\$10.000
- b) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Provisão para contingências R\$10.000
- c) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Provisão para contingências R\$15.000
- d) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Causa a pagar R\$10.000
C - Provisão para perdas R\$5.000
- e) Não deve haver contabilização

4. (FGV/PC AM/Perito Criminal/4ª Classe/Contabilidade/2022) Uma loja foi acionada na justiça por um cliente que diz ter sido constrangido por seus funcionários. O cliente apresenta provas, de modo que os advogados da loja julgam que é provável a saída de recursos como indenização ao cliente. No entanto, apesar do esforço, não foi possível estimar de modo confiável o valor da obrigação.

Assinale a opção correta em relação ao tratamento da causa pela loja, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Divulgação como passivo contingente.
- b) Reconhecimento como contas a pagar.
- c) Reconhecimento como provisão para contingências.
- d) Reconhecimento como ajuste do patrimônio líquido.
- e) Não é requerido reconhecimento e nem divulgação.

5. (FGV/SEFAZ- AM/ Assistente Administrativo/SEFAZ/2022) Em relação às provisões, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) Têm prazo ou valor incertos.
- b) Derivam de eventos que ainda irão ocorrer.
- c) Representam contas redutoras do ativo.
- d) Representam obrigações possíveis cuja existência será confirmada.
- e) Não são contabilizadas nas demonstrações contábeis, mas evidenciadas em notas explicativas.



6. (FGV/FunSaúde CE/Técnico Contabilidade/2021) O empregado de uma sociedade empresária foi demitido e entrou na justiça pedindo uma indenização. Os advogados da sociedade empresária julgaram que a probabilidade de perda e a conseqüente saída de recursos, é remota.

Assinale a opção que indica o posicionamento da contabilidade da sociedade empresária em relação à causa.

- A Deve reconhecer uma provisão e divulgar o fato em nota explicativa.
- B Deve reconhecer uma provisão, mas não divulgar o fato em nota explicativa.
- C Deve divulgar o fato em nota explicativa, mas não reconhecer uma provisão.
- D Deve reconhecer a despesa na Demonstração do Resultado, mas não reconhecer uma provisão.
- E Não deve reconhecer uma provisão e nem divulgar o fato em nota explicativa.

7. (FGV/IMBEL/Analista Contábil/2021) Um grupo de empregados acionou uma empresa na justiça, pedindo uma indenização no valor de R\$ 100.000. Os advogados da empresa consideravam que a perda da causa na justiça era provável. Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil do caso nas demonstrações contábeis da empresa.

- (A) Constituição de provisão para contingências.
- (B) Constituição de reserva para contingências.
- (C) Constituição de passivo contingente.
- (D) Diminuição do caixa.
- (E) Nada deve ser feito.

8. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Assinale a opção que indica a existência de um passivo contingente.

- a) Uma entidade é notificada na justiça por não ter pago férias a um de seus empregados, e considera provável a chance de perder.
- b) Uma entidade estima que serão utilizadas 20% das garantias oferecidas sobre seus produtos.
- c) Uma entidade contabiliza mensalmente, a partir de janeiro, o 13º salário a ser pago para seus empregados no mês de dezembro.
- d) Uma entidade inicia uma reestruturação, tendo um plano formal para tal.
- e) Uma entidade é processada por uma pessoa pública por uso indevido de imagem, e considera possível a chance de perder.

9. (FGV/ALE-RO/Assistente Legislativo/Técnico em Contabilidade/2018) Em 01/02/2018, um antigo funcionário da Cia. K entrou na justiça alegando ter sido mal tratado na empresa e pedindo indenização por danos morais.

Os advogados da Cia. K julgaram que a perda da causa seria provável. No entanto, não conseguiram estimar o valor que poderiam perder, uma vez que o caso é inédito na empresa.

Assinale a opção correta em relação ao procedimento da Cia. K frente ao caso, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Constituição de provisão.



- b) Divulgação em nota explicativa.
- c) Constituição de provisão e divulgação em nota explicativa.
- d) Divulgação no relatório da administração.
- e) Nada deve ser feito.

10. (FGV/TCM SP/2015) A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.



GABARITO

Questões	Gabarito
1	E
2	C
3	B
4	A
5	A
6	E
7	A
8	E
9	B
10	A



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.